



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 42069 - SP (2021/0225753-9)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECLAMANTE** : LEONARDO SOUZA SANTANA  
**ADVOGADO** : ANDRÉ LUIZ PLACCO - SP225584  
**RECLAMADO** : JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO CRIMINAL DE  
PRESIDENTE PRUDENTE - SP  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de reclamação com pedido de liminar ajuizada por LEONARDO SOUZA SANTANA contra decisão do JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO CRIMINAL DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP na Execução Provisória n. 0003730-52.2017.8.26.0154.

O reclamante alega que "o Ilustre Juiz, indeferiu o pedido de progressão ao regime semiaberto, com fundamento único e exclusivo de que o reeducando não cumpriu o requisito subjetivo, devido a gravidades dos crimes e a pena longa a cumprir" (fl. 4), contrariando o entendimento jurisprudencial já pacificado no STJ.

Sustenta que atingiu o lapso temporal para fins do direito a progressão de regime semiaberto e cumpriu também o requisito subjetivo, devendo ser deferido o direito a progressão ao regime semiaberto.

Requer, liminarmente, seja provida a presente reclamação para sustar os efeitos da decisão que contraria frontalmente orientação judicial deste Tribunal Superior, para concessão da progressão de regime semiaberto, ou para que o juízo revise a decisão sem levar em consideração a pena longa e a gravidade dos delitos. Subsidiariamente, pleiteia que seja concedido *habeas corpus* de ofício.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A reclamação prevista no art. 105, I, *f*, da Constituição Federal é garantia constitucional destinada à preservação da competência do Superior Tribunal de Justiça ou para garantir a autoridade de suas decisões em caso de descumprimento ou de cumprimento em desacordo com os limites do julgado aqui proferido.

Contudo, o pleito não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento de reclamação, uma vez que inexistente decisão desta Corte proferida no caso concreto e

sendo descumprida.

Importa asseverar que, conforme jurisprudência do STJ, não é possível a interposição de reclamação como sucedâneo recursal para dirimir divergência jurisprudencial:

A reclamação constitucional não é a via adequada para preservar a jurisprudência do STJ, mesmo que firmada em recurso repetitivo, mas sim a autoridade de suas decisões tomadas no próprio caso concreto. (AgRg na Rcl n. 25.299/SP, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe de 4/12/2015.)

A reclamação constitucional não é instrumento útil para adequar os julgados do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, mesmo que proferidos em sede de recurso repetitivo. Tal procedimento se destina a fazer cumprir decisão proferida em caso concreto que envolva as partes postas no litígio do qual oriundo a reclamação. (AgRg na Rcl n. 22.505/SP, Segunda Seção, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 15/4/2015).

Assim, inexistindo acórdão do Superior Tribunal de Justiça no caso concreto, não há falar em admissibilidade da reclamação em análise, por ausência de pressuposto formal da ação.

Ante o exposto, indefiro liminarmente a reclamação.

Publique-se e intime-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente